

TERRITÓRIOS LINGUÍSTICOS E PARADIGMA(S) CIENTÍFICO(S) GRAMATICAL(IS) QUE CONTEMPLAM A RELAÇÃO PARADOXAL ENTRE A NECESSIDADE DE UM PADRÃO E A REALIDADE LINGUÍSTICA MUTÁVEL

LINGUISTIC TERRITORIES AND SCIENTIFIC GRAMMATICAL PARADIGM(S) THAT CONTEMPLATE THE PARADOXICAL RELATIONSHIP BETWEEN THE NEED FOR A STANDARD AND THE MUTTABLE LINGUISTIC REALITY

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira 1
Priscila Venâncio Costa 2
Rosélia Sousa Silva 3

Resumo: Este artigo discute sobre os contatos entre os territórios linguísticos, especialmente aqueles que contornam a língua portuguesa, caracterizando-a como multiterritorial e sobre as relações de poder que perpassam a dinâmica social desses territórios, fazendo convergir as intencionalidades e objetivos de suas ações. Busca-se, assim, relacionar os conceitos de território e multiterritorialidade trazidos por distintas óticas ao conflituoso e paradoxal envolvimento dos territórios linguístico-gramaticais da língua portuguesa-brasileira, em sua ordem constitucional, histórica e científica. Para tanto, discorre-se também sobre as relações de poder que envolvem esses fenômenos e esboça um breve histórico da (trans) formação da língua portuguesa e de seus processos de gramatização no âmbito científico. Como embasamentos teóricos, partilha-se das proposições de Gilles Deleuze, Félix Guattari, Maria Helena de Moura Neves, François Zourabichvili, Alvarez e Passos, entre outros. Como resultado dessa produção, pretende-se construir e contribuir com uma reflexão em torno da complexidade de desenvolver um processo de normatização gramatical frente à heterogeneidade linguística do país, ao criar um movimento paradoxal entre a manutenção de um suposto padrão linguístico e a realidade livre das expressões linguísticas.

Palavras-chave: Território. Língua Portuguesa. Paradoxo.

Abstract: This article discusses about the contacts between linguistic territories, especially those that surround the Portuguese language, characterizing it as multi-territorial and about the power relations that permeate the social dynamics of these territories, making the intentions and objectives of their actions converge. Thus, we seek to relate the concepts of territory and multi-territoriality brought by different perspectives to the conflicting and paradoxical involvement of the linguistic-grammatical territories of the Portuguese-Brazilian language, in its constitutional, historical and scientific order. In order to do so, it also discusses the power relations that involve these phenomena and outlines a brief history of the (trans) formation of the Portuguese language and its grammatization processes in the scientific field. As theoretical foundations, it shares the propositions of Gilles Deleuze, Félix Guattari, Maria Helena de Moura Neves, François Zourabichvili, Alvarez and Passos, among others. As a result of this production, it is intended to build and contribute to a reflection on the complexity of developing a process of grammatical normalization in the face of the linguistic heterogeneity of the country, by creating a paradoxical movement between the maintenance of a supposed linguistic standard and the reality free from linguistic expressions.

Keyword: Territory. Portuguese Language. Paradox.

-
- 1 Pós-doutor em Letras pela Universidade da Beira Interior - Portugal. Professor na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) (Curso de Letras e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2236589044106079>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7412-890X>. E-mail: luizpeel@uft.edu.br
 - 2 Mestra em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), (Bolsista CAPES). Professora efetiva da Rede Municipal de Araguaína - TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7099591270250026>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4306-785X>. E-mail: priscilavenancio@uft.edu.br
 - 3 Mestra em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Servidora Pública Federal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0077884490734353>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-2701>. E-mail: roseliasousasilva09@uft.edu.br

Introdução

Na busca de compreensões do que se constitui como território, na filosofia deleuze-guatarriana, uma elucidação de Zourabichvili (2004) é de cunho preliminar. Segundo esse filósofo, o conceito de território é inspirado na etologia e implica, com efeito, o espaço, mas não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico. O território possui um valor existencial, na medida em que circunscreve, para cada indivíduo, um campo do familiar e do vinculante, marcando as distâncias em relação a outrem e protegendo do caos.

Para Alvarez e Passos (2015, p. 134), o território é relativo à constituição de um “*ethos* que é ao mesmo tempo morada e estilo”, isto porque cada território possui um conjunto de hábitos, ritmos e regras que lhe conferem uma assinatura, isto é, um conjunto de caracteres específicos que o determinam e o fazem ser como é, conferindo-lhe, não uma identidade, mas, retomando uma expressão de Zourabichvili (2004), toda uma identificação coletiva assinalada pelas relações de propriedade/apropriação e, simultaneamente, de distância.

Daí, podemos aprender, portanto, que o conceito de território vem afirmar a existência e a relação de diversas e distintas categorias – um indivíduo, um grupo, um meio, um determinado espaço, não considerado objetivamente físico – que se interligam em um grande sistema de redes. Em sua dinâmica organizacional, essas categorias estabelecem certas marcações territoriais (territorializações) que lhe garantem distância e proteção – uma assinatura –, em relação a outros territórios existentes, e, ao mesmo tempo, são aptas para criar contatos com estes, a fim de apropriar-se ou partilhar de outras matérias de expressão, isto é, incorporar ou trocar hábitos, valores, pontos de similitude e até mesmo de discrepância.

Quanto ao seu processo de (re)construção, o território é fruto de movimentos ininterruptos de forças de transformação, pois está sempre se recriando diacronicamente por meio de um movimento transversal e múltiplo de conexões corpóreas e incorpóreas. Nesse movimento, o território está contido e contém, também, outros territórios: políticos, culturais, econômicos (HAESBAERT, 2005). Assim constitui-se como um sistema interligado que não cessa de criar agenciamentos, isto é, criar conexões para aumentar suas dimensões através dos fluxos, assim como também é perpassado por diversos contra-fluxos assinalados pelas relações de poder.

Neste artigo, buscamos relacionar tais conceitos à relação conflituosa e paradoxal que envolve os territórios linguístico-gramaticais da língua portuguesa-brasileira, em sua ordem constitucional, histórica e científica. Para tanto, discorreremos, sucintamente, sobre o conceito de multiterritorialidade e sobre as relações de poder que envolvem esse fenômeno; em seguida, apresentamos o histórico da (trans)formação da língua portuguesa e de seus processos de gramatização no âmbito científico. Pretendemos, com este artigo, contribuir com uma reflexão em torno da complexidade de desenvolver um processo de normatização gramatical frente à heterogeneidade linguística do país.

A multiterritorialidade e as relações de poder

O conceito de multiterritorialidade é trabalhado, principalmente, por Haesbaert (2005) e tem como base os pressupostos teóricos de Deleuze e Guattari acerca do território e seus processos de (re)criação. Esse conceito diz respeito à experimentação de vários territórios, ao mesmo tempo; formulando, a partir disso, uma territorialização efetivamente múltipla. Esse conceito, como salienta Haesbaert, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios, o que pressupõe que, de certo modo, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2005).

Considerar a realidade vivida pela sociedade e os meios/componentes que a constituem a partir desse viés, de multiterritorialidade e entrecruzamento, é pressupor, por conseguinte, a inevitabilidade de haver conflitos de interesses. Saquet (2010, p. 25) afirma que os territórios e as territorialidades são vividos e percebidos a partir de diversas formas: “são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por

diversidade e unidade; (i)materialidade”.

Assim, há que se considerar que essa diversidade possui, em si, sua beleza dentro das qualidades que a concebem como sendo múltipla; mas, há, também, em tudo isso, um jogo de relações de poder que concorrem para que ela mesma, em um sentido paradoxal e até mesmo contraditório, também desenvolva certos mecanismos de fragmentação e seleção radical. Ante essa dinâmica, Suely Rolnik (2014) realiza um questionamento bastante plausível:

De todos os fios do mundo; com quais deles poderíamos estar tecendo territórios, nos tecendo? Sem território fixo, as máquinas celibatárias erram pelo mundo. Com cada fio que se apresenta — humano ou não — elas tecem, se tecem. E a cada novo fio, elas esquecem, se esquecem. Sem identidade, são pura paixão: nascem de cada estado fugaz de intensidade que consomem. [...] A vida se expande. Há uma alegria nessa expansão. No entanto, há também uma miséria nisso tudo: é que nunca articulam-se os fios, nunca territórios se organizam. E assim o potencial de expansão contido na recém-conquistada intimidade com o mundo se desperdiça. Dispersa (ROLNIK, 2014, pp. 1-2).

Tal incongruência, evidenciada pela autora, pode ser percebida em quase todos os aspectos da nossa vida. A nossa realidade é tecida por meio de nossas ações em um processo contínuo, complexo e natural de transformação. Essa transformação é fruto da intensidade e do desejo de nos recriarmos, e, para que ela aconteça, movimentamos e conectamos diversos componentes heterogêneos através de fluxos e fios, criando uma rede de acontecimentos. Assim, as sociedades se expandem, por meio de conexões, dos contatos entre os grupos sociais, os territórios, as culturas, as raças, as línguas. Todavia, embora esse caráter de multiplicidade e de metamorfose seja real, a sociedade, paradoxalmente, tem sua historicidade marcada por fatos sócio-organizacionais segregacionistas e por uma racionalidade voltada, preferencialmente, para a criação de padrões e regras universais.

Ao chegar a essa linha de debate, acerca das dificuldades que os territórios têm em se articular, é que aproximamos, afinal, o conceito de território à discussão dos aspectos relacionados à natureza da língua/gem, atrelados especialmente aos da língua portuguesa, e a seus respectivos processos de ensino-aprendizagem. Em virtude da abrangência conceitual que assume o território, a língua portuguesa, no limiar dessa aproximação, é considerada também como um território, ou um conjunto de territórios que correspondem ao léxico, às gramáticas e às variedades, que são também relacionadas às territorialidades. Dois dos componentes teóricos que asseguram essa reflexão são os aspectos históricos ligados à constituição e ao processo de ensino-aprendizagem que compõem essa língua.

O(s) território(s) da língua portuguesa

O contato entre o território português e o território para o qual atribuímos, hoje, a denominação Brasil, inscreve na história períodos de transformações linguísticas que ocorreram mediante um cenário que, por um lado, retrata a beleza do processo de miscigenação, que constitui um tecido cultural heterogêneo do país, e, por outro lado, retrata a violência do processo colonial alegado pelo primeiro sobre o segundo. Esse cenário controverso, construído por prosperidades e querelas, não poderia passar despercebido no que se refere aos modos pelos quais os caminhos dos territórios linguístico-gramaticais brasileiros foram desbravados.

A historicidade da língua portuguesa é diretamente envolvida por questões territoriais histórico-políticas. Segundo Haüy (2008, p. 22), essa língua e outros idiomas românticos são resultantes de uma lenta e conturbada transformação ocorrida através dos séculos, advinda de outra língua, o *latim*, que por sua vez era também transformação de outra, o *indo-europeu*, que era *falado* por um povo quase sem história, ao qual se convencionou chamar ariano ou ária. O *indo-*

européu, ao entrar em contato com outros falares, fracionou-se em diversos ramos, tais como: o germânico, o itálico, o báltico, o eslavo, o celta, o albanês, o grego, o indo-irânico e o armênico.

Dentre esses, o ramo itálico é o que mais interessa à história da língua portuguesa, pois a ele está vinculado o Latim, idioma que, partindo da Península Ibérica, foi propagado em várias regiões e povos e, conseqüentemente, articulado a vários idiomas, transformando-se por diversos fatores (políticos, econômicos, culturais) (ASSIS, 2012; HAUY, 2008; TEYSSIER, 1982). Posteriormente, como menciona Hauy (2008, p.33), retomando às expressões de *Os Lusíadas*, o latim, já modificado pelos portugueses,¹ ao atravessar “mares nunca dantes navegados” e penetrar “tudo o que o Mar Oceano cerca”, foi levado e, perpassando por várias regiões da Ásia, África e América, transformou-se mais ainda, até adentrar no Brasil². Atualmente,

[...] o português é língua materna (na Europa e na América, sobretudo, e em parte em África), língua segunda (particularmente em Cabo Verde e Timor-Leste), língua nacional (em Angola e Moçambique, de modo específico) e língua de herança/língua de afetos (nas muitas e diversas diásporas) de cerca de 273 milhões de falantes (mais precisamente, e segundo o Observatório da Língua Portuguesa, 272 730 000, assim distribuídos: Portugal: um pouco mais de 10 milhões; Brasil: 207 milhões; Moçambique: 27 milhões; Angola: 25 milhões; Guiné-Bissau: 1,8 milhões; Timor-Leste: 1,24 milhões; Cabo Verde: meio milhão; São Tomé e Príncipe: 190 mil), o que lhe confere a quarta posição entre as línguas maternas mais faladas no Mundo (BARROSO, 2018, p. 20).

Com base nessas informações, podemos refletir que a língua portuguesa se constitui como um território cujo crescimento agrega componentes linguísticos heterogêneos de variação e conexão, que, como vimos, podem ser definidos pelas conexões linguísticas realizadas ao longo de sua trajetória diacrônica e sincrônica – por meio de (des)(re)territorializações. Estamos diante de uma língua cuja filiação é de memória heterogênea, sendo pluricontinental, pluricultural e, conseqüentemente, pluricêntrica.

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, *apud* LIMA ; YASUI, 2014, p. 599).

Logo, quando consideramos a língua portuguesa como um território, afirmamos que possui

1 Alguns dos componentes linguísticos que fazem parte da língua portuguesa são oriundos dos seguintes povos: a) os celtas, que segundo Hauy (2008, pp. 28-31), representam o elemento de maior valor linguístico para a estruturação do português, deixando, por exemplo, palavras como cavalo, carro, bico, berço, camisa, saio, saia, cabana, cerveja, legua, vassalo, manteiga, caminho, gato, lança; b) os bárbaros, que contribuíram no aceleramento da evolução da língua, infiltrando, no léxico português, palavras como guerra, trégua, roubar, bando, banda, bandeira, baluarte, escaramuça, dardo, brandir, galopar, arauto, feudo, orgulho, rico, branco, franco, tacanho; e c) os árabes, que contribuíram com as seguintes palavras: alface, algodão, arroz, açúcar, laranja, azeitona, azeite, cenoura, espinafre, girafa, javali, jarra, almofada, alfange, arroba, quintal, quilate, alqueire, alfaiate, alcaide, dentre outras.

2 Nos séculos XVI e XVII, segundo Spina (2018), outras palavras adentraram no léxico: a) vocábulos de origem tupi, como, por exemplo, caju, cutia, curupira, tatu, capim, maracujá, capivara, jaboticaba, mingau, arara, jacaré, cipó, mandioca, jenipapo; e b) de procedência africana: iemanjá, exu, muamba, zumbi, ogum, xangô, mandinga, acarajé, vatapá, farofa, fubá, caçula, banguela, quiabo, fumo, quilombo, quitanda, senzala, mocambo, cafundó, molambo, moleque, marimbondo, dendê etc.

um conjunto de características específicas que fazem com que lhe seja atribuída uma assinatura ou um estilo em relação a outras línguas existentes no mundo e, também, que essa mesma língua possua outros territórios linguísticos que, por sua vez, também possuem características que lhe atribuem certos estilos: os dialetos, socioletos, idioletos, cronoletos, sexoletos, etnoletos, tecnoletos.

Dentro dessa perspectiva, ainda assumimos que, no espaço heterogêneo que constitui essa língua, as variedades ou territórios linguísticos se entrecruzam, a partir de similitudes e discrepâncias, com os territórios gramaticais, os quais são considerados, aqui, como responsáveis por assegurar uma ordem³ comum e estável, ou padrões convencionais de reconhecimento, pois, como Neves (2008, p. 180) nos lembra, “toda língua de uma comunidade apresenta um padrão natural, uma norma em si aglutinadora da heterogeneidade, da multiplicidade, da variação linguística”. Nesses territórios, as palavras fazem parte de uma organização gramatical pela qual a língua define e assegura sua coerência própria.

No entanto, há que se demonstrar, também, a outra face dessa transformação. O fato é que, ao longo de toda sua história, essas transformações foram principalmente influenciadas por dominação e imposição de idioma. No Brasil, os idiomas que predominavam eram indígenas, como tupi, guarani e tupinambá. Posteriormente, com a chegada de escravos, vindo de diferentes regiões da África, passaram-se a habitar e a concorrer no território brasileiro uma pluralidade de línguas e, Portugal, para impor sua hegemonia e construir uma “suposta de identidade nacional”, consolidou o Português como idioma oficial, impondo a utilização desse idioma através da política da administração local, da religião, e de instituições como tribunais e escolas (COELHO, *et al.*, 2014).

Essa imposição linguística, conseqüentemente, prevaleceu no processo de construção gramatical e de ensino-aprendizagem. Essa construção, como veremos, já tinha suas raízes na tradição dos estudos da língua clássica. Ao longo dos anos, vem sendo mobilizado um extenso conjunto de discussões e debates em torno de um problema constante: a existência de “uma gramática”, que é a normativa, considerada e ensinada como sendo um marcador de poder, isto é, ditadora de regras e padrões estáticos para o bem falar e escrever, utilizada, portanto, como uma ferramenta de ensino excludente e preconceituosa.

A heterogeneidade do(s) território(s) da língua portuguesa-brasileira e o processo de normatização gramatical

Segundo Olinda (2003), investigar a história e a heterogeneidade do português brasileiro é uma condição essencial para o conhecimento das mudanças que ocorreram na gramática brasileira. Segundo essa autora, o processo de normalização de uma língua, na maior parte dos casos, está atrelado a fatores sócio-históricos, políticos e econômicos, e o resultado da seleção e fixação de uma norma é promovido pelos gramáticos, dicionaristas, escritores, etc. Logo, essa é a razão de esboçarmos, aqui, o cenário sócio-histórico em que se desenvolveu o processo de normalização linguística do português brasileiro.

A maioria dos estudiosos costuma organizar o cenário sócio-histórico da língua portuguesa no Brasil em quatro fases distintas. A primeira fase, de acordo com Guimarães (2005), corresponde ao período compreendido entre 1500, no início do processo de colonização portuguesa, e 1654, ano da saída dos holandeses do Brasil. Nesse período, os portugueses, ao entrarem em contato com a nova terra “conquistada”, encontraram uma situação linguística bastante complexa. Isso porque havia ali mais de mil línguas indígenas, faladas por mais de um milhão de indivíduos.

Nesse período, conforme Silva (2015), as circunstâncias linguísticas eram bastante diversificadas, pois o processo de miscigenação promovera a formação de populações mestiças, nas quais passaram a coexistir a língua portuguesa, as línguas indígenas, as línguas gerais (língua

3 A ideia da ordem está relacionada à necessidade de se criar um caminho de equilíbrio, cuja função não se dá no sentido de criar um espaço fechado e rigidamente organizado, mas de alcançar calma. É preciso alertar que o sentido da palavra ordem pode até ser compreendida numa instância em que ela seja oposta ao sentido do caos, desde que o sentido do caos não esteja voltado para a ideia de desordem mas para seguinte noção: “o caos não é um vazio que não é um nada, mas um virtual, contendo partículas possíveis e suscitando todas as formas possíveis que surgem para desaparecer logo em seguida, sem consciência nem referência, sem consequência” (DELEUZE ; GUATTARI, 1991, p. 153).

tupi, tupinambá e guarani) e a língua holandesa (outra língua de Estado, também de colonizador).

O modelo educacional era regido pela Companhia de Jesus, a qual realizava a tarefa de evangelizar e gerir as questões dos povos indígenas. Essa tarefa exigia que os missionários conhecessem as línguas indígenas locais a fim de traduzir textos bíblicos para tais línguas. No desenvolver desse trabalho, por conseguinte, foram produzidas gramáticas e dicionários em línguas indígenas com vistas a repassá-los para novos missionários, facilitando as comunicações entre estes e os povos indígenas.

As pesquisas de Coelho *et. al* (2014) nos trazem que, dentre as principais gramáticas produzidas, têm-se: a) as gramáticas do Tupi: a *Arte de grammatica da lingoa* (1595), por Padre Anchieta, e a *Arte de grammatica da língua brasílica* (1621), por Luiz Figueira; b) a gramática da língua Quiriri: *Arte de grammatica da língua Brasília* (1699), por Luis Vincencio Mamiami; c) gramática da língua africana Quimbundu: *Arte da Língua de Angola* (1697), por Pedro Dias; d) sistematização da língua oral de Mina: *A obra nova da língua geral de Mina* (1731-1741), por Antônio Peixoto.

Inicialmente, o objetivo dessas gramáticas era enfrentar as dificuldades de comunicação entre o português as línguas autóctones. No entanto, tais gramáticas seguiam um modelo latino de descrição, o que foi questionado por “Mattoso Câmara Júnior (1965), para quem a prática de descrição das línguas indígenas pelo modelo latino teria produzido um tupi jesuítico artificial, prescritivista e gramaticalmente disciplinarizado para fins missionários” (COELHO *et al.*, 2014, p. 16).

Além disso, a educação ministrada pelos jesuítas, conforme salienta Olinda (2003, p. 156), sustentava uma organização educacional que se programava a partir de suas categorias: “as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses e dos índios; e a educação média, colégios destinados aos meninos brancos que formavam mestres em artes/bacharéis em Letras”. A autora destaca que essa organização educacional, além de determinar os graus de acesso às letras, a uns mais e outros menos, também não era oferecida às crianças negras, proibidas de frequentar escolas nessa época.

A segunda fase corresponde ao período compreendido entre 1654, ano da saída dos holandeses do Brasil, e 1808, ano da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Nesse período, segundo Guimarães (2005), o quadro das relações linguísticas no Brasil passou por alterações, isto porque o português não concorria mais com o holandês, estabelecendo relação, por conseguinte, somente com as línguas indígenas, principalmente com as línguas gerais, e com as línguas africanas.

A população brasileira, que era predominantemente formada por indígenas – apesar dos extermínios motivados por diversos conflitos, mortes, doenças, e o avanço da imigração portuguesa (cf. SILVA, 2015) – passou a receber, segundo Guimarães (2005), um número crescente de portugueses e de negros que eram trazidos para o Brasil como escravos. Nesse período de avanço migratório, Portugal, visando a fortalecer o processo de colonização, passou a tomar medidas diretas e indiretas no sentido de desintegrar as línguas gerais.

Uma das medidas mais conhecidas é o Diretório dos Índios – que tornou-se lei em 1758, vigorando por 40 anos –, documento elaborado em 1755 e publicado em 1757, instituído com vistas a iniciar uma reforma para novas políticas de implantação da língua da coroa portuguesa no Brasil (BUNZEN, 2011, *apud* COELHO *et al.*, 2014). Conforme o documento, introduzir um idioma nos povos “conquistados” era uma das formas mais eficazes para “desterrar dos povos rústicos a barbárie dos seus antigos costumes”. As línguas gerais eram consideradas pelos lusitanos como “invenção diabólica e abominável” (ALMEIDA, 1997).

É válido mencionar que essa política linguística, assumida no Diretório, é considerada em Coelho *et al.* (2014) como:

[...] autoritária e impositiva, que se materializa, principalmente, pela via de uma política educacional que vai se delineando como interesse da metrópole, conforme se lê no documento. [...] Nota-se, com isso, que o ensino de língua portuguesa serviu, entre outros aspectos, a uma finalidade política e cultural de lusitanização e construção de uma identidade

“civilizada” aos moldes das “escolas das nações civilizadas”. Logo, os letramentos, nesse momento, estavam a serviço tanto de interesses missionários, como de interesses lusitanos, estando ambos interligados (COELHO *et al.*, 2014, p. 18).

A promoção/imposição de uma educação linguística para os indígenas foi fortemente influenciada por interesses lusitanos. A ideia de “civilizar” e homogeneizar os povos, por meio de uma língua, pressupunha os desejos lusitanos de controlar aquele “povo inferior”, transformando sua cultura e garantindo efetiva ocupação lusitana naquelas terras, pois, como explica Garcia (2007), Portugal, em meio a conflitos territoriais com a Espanha, necessitava de contingente populacional suficiente para habitar suas fronteiras para garantir, desse modo, a permanência de seus domínios.

Além disso, corroborando ainda com Coelho *et al.* (2014), embora houvesse uma política educacional voltada para o ensino de leitura e escrita aos indígenas, as escolas públicas eram, essencialmente, ocupadas por filhos de portugueses, em virtude da forte imigração de portugueses para o Brasil, que totalizou, no início do século XVIII, estimadamente 600 mil imigrantes. Esse crescimento imigratório teria contribuído para a seguinte constituição: a formação de uma classe de elite e de uma classe marginalizada (aqueles que ficavam ao redor da classe elitizada e que não tinham acesso à escola nem conhecimento rudimentar da língua portuguesa).

Além do Diretório, que também visava estabelecer as primeiras diretrizes educacionais oficiais no Brasil, foi emitido um alvará, em 1759, por D. José I, então rei de Portugal, que estabeleceu o ensino de Gramática Latina e o exercício de aulas régias de Grego, de Filosofia e de Retórica, sendo indicada como referência para o ensino de Língua Portuguesa a Gramática Portuguesa, cuja inspiração era advinda do modelo latino de António José dos Reis Lobato (BUNZEN, 2011 *apud* COELHO *et al.*, 2014).

O alvará de 1759 foi uma das medidas implantadas pela Reforma Pombalina, a qual representou a substituição do método educacional jesuítico por um sistema educacional sob o controle do Estado e, conseqüentemente, uma crise na educação do Brasil colônia; isto porque, conforme explica Cordeiro (2009), as aulas Régias eram realizadas de forma isolada, não se articulando com as outras, cada aula era ministrada sob acompanhamento de um único professor, que muitas vezes estava despreparado para o exercício.

A terceira fase do português no Brasil se refere ao período compreendido entre 1808, ano da chegada da família real, e 1826, ano em que se formula a questão da língua nacional do Brasil (GUIMARÃES, 2005). Nesse período, com o nascimento de um sentimento de nacionalidade pelas tradicionais locais e pelo crescimento da imprensa, proporcionado principalmente pela fundação da Biblioteca Nacional, por Dom João VI, viabilizou-se a importação de impressos pedagógicos:

[...] a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa e a de Antonio de Moraes Silva, *Epítome da Gramática Portuguesa*, publicada em Lisboa em 1806 e, posteriormente em 1813, com a segunda edição do Dicionário da Língua Portuguesa, mas terminada em 1802. Essa e a anterior inserem-se no movimento de renovação pombalina, apresentando-se favorável à reforma do ensino (Fávero e Molina, 2006, p. 57). Ambas as obras valorizam o “*domínio da norma culta como fator de prestígio, pela imitação dos usos dos bons escritores*”. [...] Posteriormente vem a lume a Gramática de Frei Caneca, *Breve Compêndio de Gramática Portuguesa* (escrita em Salvador entre 1817 e 1819) (FÁVERO; MOLINA, 2013, pp. 194-195).

No entanto, conforme ponderam esses autores, a maioria desses documentos não assumiam, verdadeiramente, um sentimento nacionalista. A respeito disso, Cordeiro (2009) interpreta que, ao considerarmos o fato de que a maioria desses documentos vinha de Portugal, deduzimos que o sentimento de nacionalismo se referia, na verdade, à nacionalidade portuguesa. Até mesmo

porque o ensino não se tratava da variante brasileira do português, mas sim da europeia. Além disso, esses documentos eram elaborados conforme os moldes latinos e promoviam exercícios de memorização de tópicos gramaticais.

A quarta fase, de acordo com Guimarães (2005), começa em 1826, ano em que o deputado José Clemente propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em “língua brasileira”. Logo após, em 1827, foi sancionado um Decreto Imperial no qual se determinava que “todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras” (BRASIL, 1827, p. 71), estabelecendo ainda, no Art. 6º, que os professores deveriam ensinar:

[...] a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica de língua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião cathólica e apostolica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil. (BRASIL, 1827).

Nesse momento, a língua, que já era oficial do Estado, passa a se transformar de língua de colonizador em língua da nação brasileira. A partir daí afluíram outras questões e debates importantes no âmbito literário e na construção de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil, conforme Guimarães (2005, p. 25):

É dessa época a literatura de José de Alencar que tem debates importantes com escritores portugueses que não aceitavam o modo como ele escrevia. É também dessa época o processo pelo qual os brasileiros tiveram legitimadas suas gramáticas para o ensino de português e seus dicionários. Dessa maneira cria-se historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem as marcas de sua relação com as condições brasileiras. Pela história de suas relações com outro espaço de línguas, o português, ao funcionar em novas condições e nelas se relacionar com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico e os gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores, trabalham o “sentimento” do português como língua nacional do Brasil. (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

É nesse período, portanto, que o português brasileiro começa a ser reivindicado, enaltecido e a ser mais expressivo, tanto por meio da literatura quanto nos âmbitos escolares, por intermédio dos instrumentos de ensino, tais como gramáticas, dicionários, enciclopédias. Segundo Mota *et al.* (2017), com base em Orlandi (2002), os primeiros responsáveis pelas gramáticas do século XIX não eram, inicialmente, estudiosos da linguagem, mas historiadores, médicos, engenheiros etc.; dentre estes, Júlio Ribeiro, conhecido como fundador da história da gramática brasileira, e João Ribeiro, cujos trabalhos imprimiram uma nova orientação metodológica e remontaram a uma nova síntese do passado brasileiro, contribuíram significativamente para a produção da história do povo brasileiro.

A gramatização do português brasileiro, nesse período, no qual a sociedade brasileira vivenciava um contexto de transformações sociais e políticas (com proclamação da Independência, processo de industrialização, proclamação da república), esteve, portanto, diretamente voltada para a construção de “sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua própria língua, visível na gramática” (ORLANDI, 2002, p.159). A respeito disso, refletimos que

[...] o processo de gramatização brasileiro pode ser entendido como um início de um momento, que vem sendo processado desde antes de nossa independência, em que surgem novos sentidos, em que se configura uma nova subjetividade para o povo brasileiro; não se trata mais simplesmente de um povo colonizado pela metrópole portuguesa, mas de cidadãos de uma nação independente. (COSTA, 2010, p. 27, *apud* MOTA *et al.*, 2017, p. 558)

Dessa forma, percebemos que a iniciativa de legitimar gramáticas e dicionários do português brasileiro foi motivada pelas diferenças linguísticas existentes entre Brasil e Portugal, que levavam os estudiosos a se questionarem sobre a unidade entre as duas nações. Essa transição linguística culminou para a construção de uma nova gramatização, pela afirmação de uma identificação, não somente linguística, mas cultural, política social.

Na passagem dos séculos XIX e XX, essa busca se intensifica por meio da uniformização de um saber metalinguístico, com a criação de compêndios gramaticais e também com o decreto que estabelece a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o qual estabeleceu, conforme Orlandi (2002, *apud* BALDINI, 1999), a homogeneidade de uma terminologia. Nesse período há uma preocupação maior em construir um saber sobre a língua que, por conseguinte, será concretizada nos compêndios gramaticais. Essa preocupação se intensifica ainda mais a partir na passagem dos séculos XX e XXI, como veremos doravante.

A busca por novos paradigmas científicos gramaticais

Da década de 1999 até 2014, prosseguiu-se um período de muita produção de gramáticas brasileiras, tais como: *Gramática dos usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves, em 2000; *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, em 2008; *Gramática do brasileiro*, de Celso Ferrazi Junior e Iara M. Teles, em 2008; *Gramática do Português brasileiro*, de Mário Perini, em 2010; *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho, em 2010; *Gramática Pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno, em 2012; *Gramática da língua portuguesa padrão*, de Amini Hauy, em 2014.

Essas gramáticas representam uma “virada linguística do processo de gramatização brasileira do português”, apontado para a emergência de um novo paradigma ou de novos paradigmas de gramatização, novas configurações epistemológicas (VIEIRA ; FARACO, 2016, pp. 37-38). Esses autores ponderam que tal processo ainda está em sua fase inicial e não podemos dizer que existe, com efeito, uma ruptura com o modelo científico tradicional, tampouco um paradigma consideravelmente novo. Não obstante, é preciso que se considere que se considere uma aliança entre esses dois paradigmas, embora a linha normativa tenha sua posição caracterizada e perpetuada como dogmática e doutrinária ao longo de mais de dois milênios de existência, é preciso reconhecer a importância de seu componente teórico. Não há possibilidade de se estabelecer um vocábulo técnico sem o amparo do processo de identificação, de relação e de classificação.

Além disso, os autores ainda questionam sobre a complexidade de realizar uma gramática brasileira:

Fazer uma gramática dos usos linguísticos dos habitantes de um país de dimensões continentais como o Brasil requer alguns recortes intransponíveis, em particular pela própria magnitude da empreitada. Tais recortes correm o sério risco de se contrapor a uma concepção de língua variável e mutável, praticamente irrefutável a essa altura dos estudos linguísticos. Assim, cria-se um paradoxo quando se gramatiza a partir de uma perspectiva heterogênea de língua: se, por um lado, o reconhecimento da diversidade geográfica, social, etária, situacional et. do [português brasileiro] evita uma descrição

anacrônica e irreal da nossa língua, por outro, ocasiona alguns questionamentos e possível impasses da saída. Afinal, diante da impossibilidade de levar em conta todas as suas variedades, qual(is) dela(s) descrever? Que formas linguísticas reais, em detrimento de outras formas linguísticas também reais, devem estar contidas nessa descrição? A partir do momento em que o gramático estabelece um recorte no seu objeto heterogêneo para poder gramatizá-lo já não estaria deixando de trabalhar com a variação concreta a favor da busca de uma forma essencial, abstrata e de maior valor axiológico? (VIEIRA; FARACO, 2016).

Ainda há, portanto, muitos desafios e questionamentos para a realização de um processo gramatical que possa contemplar a realidade linguística brasileira. Mesmo com as mudanças de posturas na produção de conhecimentos e métodos científicos, ocorre, nesse cenário, a busca por um consenso que possa, de certa forma, interligar a diversidade e o padrão, de forma coemergente e coerente.

Muitos são os movimentos para o alcance de uma mudança significativa nesse processo, não podemos olhar com desprezo para o paradigma científico tradicional e ignorar ou descartar suas contribuições teóricas iniciais, ou “pré-científicas” como diriam Vieira e Faraco (2016), baseando-se em Kuhn (1962). Do mesmo modo, também não podemos deixar de evidenciar e contribuir para movimentar o novo paradigma gramatical da contemporaneidade no processo de (re)territorialização, isto é, é preciso dar lugar, também, à ciência das novas teorias gramaticais, ainda que esse novo paradigma. Vemos, então, a necessidade de um trabalho que promova agenciamentos, conexões entre esses movimentos.

Nessa perspectiva, ousamos pensar a construção de novos paradigmas para o ensino de língua portuguesa, de gramáticas, de linguística à luz da filosofia de Deleuze e Guattari. Assim, corroborando com as proposições de Silva (2019),

por vislumbrar esse território similarmente possível de ser vivenciado dentro dos conceitos desses autores. Neles vemos que o território não é pensado e sentido como puro ditador de padrões de igualdade, altamente restritos, excludentes de outras formas de singularidade, mas sendo sim um sistema interligado por forças corporais e incorporais que, ao mesmo tempo em que contém grupos múltiplos interligados, contém também padrões de subjetividades que localizam e organizam esses grupos, isto é, um sistema que assume tantos os aspectos semelhantes que se conectam num grupo quanto os aspectos de distinção que produzem distanciamento (SILVA, 2019, p. 63).

Para essas novas construções, o mais adequado é viver a aliança entre o que, por um lado, propõem alguns indícios da tradição – e que trazem seus valores substanciais – e o que, por outro lado, propõem as reivindicações da nova sociedade – impossíveis de serem ignoradas. Isso significa que precisamos somar, ao invés de subtrair – postura que aparenta ser ainda distante da realidade de muitos estudiosos, pesquisadores, profissionais da área.

Considerações Finais

Em meio ao cenário linguístico complexo que nos deparamos neste trabalho, parece adequado a aplicação de novas posturas como um método científico gramatical transversal. Nesse, desfoca-se a necessidade de escolher e estabelecer uma única variedade – considerando que alguma sobressaia à outra – para propor como método. Do mesmo modo, também não parece

indicado deixar de fazer recortes, em virtude das inúmeras comprovações de fracassos de diversos métodos nas práticas de ensino e no trato com a língua portuguesa. A necessidade agora é de encontrar meios – vivenciar o meio, o intermeio – para que os territórios sejam articulados, isto é, que os estudos científicos, em suas especificidades, possam encontrar caminhos para dialogar e se complementarem com outros estudos, compondo, assim, uma rede de conhecimentos, uma multiplicidade, um rizoma, uma troca mútua de potências.

Tal necessidade tem sua base afirmativa no próprio movimento das sociedades contemporâneas, com o avanço das tecnologias de comunicação e informação e com a irrupção dos fatores subjetivos, tem se afluído cada vez mais essa necessidade de interação, de contemplação, de experimentação, de troca, de ligação que contemple a igualdade entre as diferenças. É preciso haver, retomando as expressões de Deleuze e Guattari (2011), uma aliança de devir, em um campo/plano de multiplicidade em que as forças que constituem os corpos entrem em zona de vizinhança e transbordem na experiência do encontro.

Certamente, não se trata de uma tarefa simples, mas no momento atual, em que a dinamicidade, as mudanças, os anseios se potencializam cada vez mais, é precioso tanto para o âmbito dos estudos e produção de gramáticas quanto para o ensino de Língua Portuguesa que as experiências múltiplas sejam bastante consideradas e compreendidas como frutíferas e inevitáveis de serem abordadas dentro do(s) território(s) da língua portuguesa. O reconhecimento do caráter complexo e paradoxal no âmbito científico já indica que a pretensão meramente simplista tem sido – e deve ser – esquecida e que, por conseguinte, há uma preocupação crescente com o real, preocupação essa que ainda precisa avançar e persistir.

Referências

ALMEIDA, R. H. D. **O Diretório dos Índios**: um projeto de “Civilização” no Brasil do Século XVII (Versão reduzida). Brasília: editora da UnB, 1997.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E., et al. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ASSIS, M. C. **História da Língua Portuguesa**. UFPB, 2012. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/historia_da_lingua_portuguesa_1360184313.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

BALDINI, L. J. S. **A nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. Campinas (SP): Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, 1999. Orientadora:Eni Puccinelli Orlandi. Disponível em:http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270704/1/Baldini_LauroJoseSiqueira_M.pdf. Acesso em: 27 jan. 2019.

BARROSO, Henrique. **O português na casa do mundo, hoje: portas, janelas e varandas**. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2018.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30476-31865-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I. D. O. E. S.; SEVERO, C. G. **Norma Linguística do Português no Brasil**: 12º período. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2014. Disponível em: http://petletras.paginas.ufsc.br/files/2016/10/Livro-texto-Norma-Linguistica_UFSC.pdf. Acesso em: 07 jan. 2019.

CORDEIRO, S. Gramáticas e o ensino das línguas portuguesa e autóctones no Brasil colônia. **História do Ensino de Línguas no Brasil - HELB**, p. Ano 3 - nº3 - v. 1. ISSN 1981 6677, 2009. Disponível em:[http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-3-no-3-12009/110-gramaticas-e-o-](http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-3-no-3-12009/110-gramaticas-e-o)

ensino-das-linguas-portuguesa-e-autoctones-no-brasil-colonia. Acesso em 20 jan. 2019.

Deleuze, G.; Guattari, F. **O que é a filosofia**, 1991. Disponível em: <http://conexoesclinicas.com.br/deleuze-obra-completa-para-download/>. Acesso em: 01 jan. 2019.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, v. 1, 2011.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. Conhecimento linguístico no século XIX: tradição e modernidade? **Linguística**, p. Vol. 29, jun. pp.189-203, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v29n1/v29n1a09.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GARCIA, E. F. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Tempo.**, p. 23-28, Vol. 12, n.23, ISSN 14137704, 2007. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a03>. Acesso em: 10 jan 2019.

GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, pp. 24-28, vol.57, nº2. São Paulo, abr.-jun., ISSN 23176660, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, p. 6774 - 6792, 2005.

HAUY, A. B. Séculos XII, XIII e XIV. In: SPINA, S. **História da Língua Portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**: Rio de Janeiro, V. 38, N. 102, P. 593-606, 2014.

MOTA, N. A.; CERQUEIRA, B. I.; AZEVEDO, I. C. M. D. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. **Entrepalavras**, p. 552-567, v.7, ago./dez, 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/download/886/449>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NEVES, M. H. D. M. **A língua portuguesa em questão: uso, padrão e identidade linguística** In: Língua Portuguesa. Lusofonia - memória e diversidade cultural. 1ª ed. São Paulo: Educ, 2008.

ROLNIK, S. **Amor: o impossível. e uma nova suavidade**. Territórios da Filosofia, 2014. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Novasuavidade.pdf>. Acesso em 12 fev. 2018.

OLINDA, S. R. M. D. Educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre a origem para compreender o presente. **Sitientibus**, Feira de Santana. N.29, p.153-162 jul./dez, 2003. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/29/a_educacao_no_brasil_no_periodo_colonial.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

ORLANDI, E. P. Conhecimento linguístico, Filologia e Gramática. In: **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. Cortez: São Paulo, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, H. D. S. **Disciplina: breve introdução à história das línguas no Brasil**. São Paulo: Universidade

Federal de São Paulo (UNIFESP) - Pró-Reitoria de Extensão (Material Didático), 2015. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39177>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVA, Rosélia Sousa. **Gramática, normatividade e ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: processos linguísticos de des(re)territorialização e a necessidade do devir. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Tocantins. Araguaína - TO, 2019.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. Paris (tradução por Celso Cunha): Digital Source, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/158086/mod_resource/content/1/TEYSSIER_%20HistoriaDaLinguaPortuguesa.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

VIEIRA, F. E; FARACO, C. A. **Gramáticas Brasileiras**: com a palavra, os leitores. 1ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ZOURABICHVILI, F. **Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro, Versão Eletrônica: Centro Interdisciplinar de Estado em Novas Tecnologias e Informação, 2004.

Recebido em 10 de setembro de 2020.

Aceito em 12 de janeiro de 2022.